

40° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**ST18 Migrações internacionais e fronteiras: políticas,
sociabilidades, territórios e reconfigurações identitárias**

**Título: A questão do território fronteiriço e suas articulações com gênero
nas ciências sociais brasileiras: conceitos, usos, tradições, lugares**

Autora: Luiza Terassi Hortelan

Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Unicamp.

Orientadores: Adriana Piscitelli e José Miguel Olivar

Apresentação:

Esse texto propõe uma análise da recente produção acadêmica das Ciências Sociais brasileiras acerca das fronteiras territoriais, buscando perceber os lugares, usos e sentidos que vem sendo dados à noção de fronteira por esses estudos. De forma especial, questiona-se de que formas essa bibliografia vem (ou não) abordando questões relacionadas à gênero e como vem empregando esse conceito. A análise está circunscrita à produção de teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso (TCC's) de universidades localizadas em estados brasileiros com divisas internacionais, de forma a compreender como as fronteiras e o gênero vem sendo retratados desde territórios de fronteira. Os resultados aqui discutidos provém de uma pesquisa¹ realizada no escopo do Projeto Jovem Pesquisador “*Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira*”², coordenado por José Miguel Nieto Olivar, que tem buscado apreender as dinâmicas sociais em cidades fronteiriças amazônicas - a saber, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira - tendo em vista como gênero opera nessas localidades, mediando as maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com o Estado, ao mesmo tempo que problematiza como o Estado, ao produzir políticas de fronteira, produz relações, convenções e performances de gênero.

Assim, na primeira parte do artigo busco situar algumas linhas do debate em torno do conceito de fronteira, definindo um marco de interlocução teórica para nossos resultados. Na segunda parte, apresento dados de um mapeamento bibliográfico os quais nos permitem um olhar panorâmico sobre o campo atual dos estudos de fronteira. Em um segundo momento, aproximamos esse olhar para um polo fronteiriço de produção de conhecimento, através da análise de monografias dos alunos de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas, Campus Benjamin Constant, nas quais a articulação entre gênero e fronteira aparece de forma interessante.

¹ Financiamento Fapesp– Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2015/15393-3 (2015).

² Projeto financiado pela Fapesp (Processo 2013/26826-2).

Introdução aos debates em torno do conceito de fronteira

Durante o século XIX e primeira metade do século XX, a reflexão sobre as fronteiras era feita sobretudo desde a perspectiva de diplomatas, militares e geógrafos, preocupados com a expansão e a definição de limites dos Estados nacionais e com a colonização e integração de seus territórios, tendo sempre como referência o Estado-Nação e sua soberania (Sprandel, 2005). A partir das últimas décadas do fim do século XX, porém, o tema passa a ganhar crescente relevância entre as Ciências Sociais. O aumento da atenção ao tema se relaciona a acontecimentos históricos mundiais, como a formação de blocos regionais (União Europeia e Mercosul, por exemplo), a dissolução da União Soviética, a redefinição das fronteiras dos Estados europeus, a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias pelo globo, acompanhada em muitos casos do aumento de controle sobre fronteiras internacionais. As fronteiras vêm sendo então abordadas a partir de recortes históricos, econômicos, culturais ou políticos, em estudos que exploram o potencial dos espaços fronteiriços para articulação entre as esferas local, regional, nacional e transnacional, permitindo olhar não só para as macro-relações entre países, mas também para as micro-relações das populações locais e destas com os Estados nacionais (Albuquerque, 2009; Albuquerque e Olivar, 2015).

Por seu potencial metafórico, o termo fronteira têm adquirido, nas ciências humanas em geral, uma gama diversa de significados. Nos mais diversos campos de estudo, são comuns expressões como fronteiras étnicas, de gênero, linguísticas, culturais, etc. Na Antropologia, são clássicos os estudos sobre as chamadas fronteiras étnicas, que têm em Frederic Barth seu nome mais conhecido (1969). Refutando abordagens essencialistas que tratam as identidades étnicas como dadas e fixas, o autor detém sua análise sobre a forma como se configuram os limites étnicos em situações de fronteira, a partir do contato. No Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira (2005) também se dedica a pensar a fronteira como espaço de produção e organização de diferenças étnicas, através do conceito de “fricção interétnica”, demonstrando como o encontro entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas, marcado por conflitos, não resulta em simples assimilação ou aculturação dos últimos, mas acaba por unir sociedades com interesses opostos. Nestas perspectivas, fronteiras étnicas, fronteiras internacionais e internas parecem se interseccionar. Contudo, no que tange às fronteiras territoriais, que nos

interessam especialmente neste ensaio, podemos dividir os trabalhos entre a tradição que se dedica à fronteira enquanto limites externos e aquela que trata de frentes internas de expansão.

O primeiro tipo de abordagem se refere às linhas e faixas territoriais que delimitam, separam e definem os estados nacionais, correspondendo aos espaços político-administrativos destes. A aparente precisão dos limites nacionais, materializados por símbolos estatais como bandeiras, alfândegas e agentes de segurança, dá a eles um caráter de realidade quase-evidente. Se faz necessário, no entanto, desconstruir a naturalidade dessa noção de fronteira, tendo em vista a historicidade da própria ideia de Estado soberano e de nação (Albuquerque e Olivar, 2015). Como assinala Albuquerque (2014), os limites geográficos, longe de serem naturais, representam “a história inscrita no espaço, repleta de conflitos, forças, negociações e formas de cooperação” (Albuquerque, 2014:62).

A proposta de Zárte (2008) vai no mesmo sentido de reconstruir os processos de fronteirização, sem desconsiderar o papel do Estado e suas instituições, mas com foco nas dinâmicas e atores sociais fronteiriços. Esse deslocamento analítico busca fazer com que a história da fronteira deixe de ser retratada como reflexo passivo de políticas gestadas desde as capitais pelas elites. Em outras palavras, o objetivo do autor é inverter as representações pelas quais a fronteira é sempre pensada como periferia da nação, colocando-a no centro da análise e, atentando para as correlações entre local, nacional e global, olhar para as formas como as populações locais se relacionaram com os processos de diferenciação e delimitação nacional. Zárte ressalta ainda a necessidade de pensar as fronteiras não como simples limites, mas como “sociedades de fronteira”, pois estas constituiriam um sistema social próprio, formado no encontro de dois ou mais Estados-Nação. Essa perspectiva de que a fronteira não apenas separa, mas relaciona países, inspira o autor a pensar as sociedades fronteiriças como “zonas de contato”, no sentido de Pratt (1999), para quem a fronteira se caracteriza pelo encontro entre povos e culturas diversas.

O segundo sentido comumente associado à fronteira se refere aos limites internos das sociedades nacionais; àqueles territórios imaginados como periféricos, selvagens, vazios, disponíveis, que necessitariam ser econômica ou demograficamente ocupados, para serem politicamente integrados ao centro. Um dos trabalhos icônicos dessa perspectiva é certamente o de Turner (2004 [1920]) sobre a colonização do oeste americano, para quem

a fronteira é o movimento de conquista e separação entre a civilização e a barbárie. No Brasil, Falhauber (2001) demonstra como essa noção de fronteira associou-se a mitologias coloniais e nacionalistas. A autora analisa o processo pelo qual no Estado Novo (1937-1945) o mito da democracia social na fronteira serviu para legitimar o estado de exceção e articulando nacionalismo e autoritarismo. A existência de “terras livres” nas margens do território foi usada para aliviar pressões sociais camponesas, criando o mito da fronteira como lugar adequado para concretização de ideais democráticos e nacionalistas do modernismo brasileiro. Nesse contexto, o bandeirante desbravador emergiu como figura heroica, que tem um papel crucial na construção da nação. Já Martins (1997) enfatiza as relações de violência, dominação étnica e exploração econômica presentes nas frentes de expansão da nação e do capitalismo. Ao invés da tradicional figura do pioneiro, do homem de fronteira, ele se centra nas populações locais subordinadas por esses processos territoriais colonizadores.

Nesse sentido, uma perspectiva bastante interessante é a de Serje (2011), para quem a fronteira é concebida como um “mito-conceito”. Para a autora, a noção de fronteira, que estabelece sobre o espaço linhas imaginárias e fixas, advém de concepções espaciais europeias e desconsidera as populações nativas e suas próprias categorias espaciais. A forma como os estados americanos concebem suas fronteiras internas como lugares vazios, inabitados e sem lei, reproduziria a maneira como a América era vista por seus colonizadores. A fronteira, e a constante afirmação da necessidade de conquista-la e integrá-la para desenvolver a nação, emergem, assim, como mitos fundamentais à construção da identidade nacional. O mito-conceito da fronteira atua ativamente na produção do próprio contexto fronteiriço enquanto território, reificando-o, homogeneizando suas populações e paisagens, e determinando as formas pelas quais o estado e a nação se relacionam com essas regiões. Através dos discursos estatais, acadêmicos, midiáticos, humanitários, dentre outros, o mito-conceito se reproduz e se atualiza, naturalizando seus pressupostos. Zárate (2008: 36) aponta a possibilidade de estender a análise de Serje para as fronteiras externas, o que permitiria compreender como o surgimento do estado moderno produziu outros discursos míticos, como a correspondência entre Estado e nação, a unidade territorial, a sacralidade e a soberania da nação.

Outra grande influência dos estudos de fronteira tem sido as pesquisas realizadas na fronteira México-Estados Unidos, considerada uma das zonas de fronteira mais conflituosas e assimétricas do mundo. Ao analisar essa produção, Alvarez (1995) aponta que as etnografias em áreas fronteiriças, marcadas por sujeitos que estão constantemente se deslocando e negociando suas múltiplas identidades, ajudaram a desafiar conceitos antropológicos tradicionais, demonstrando o esgotamento do modelo de comunidade ou área cultural circunscrita territorialmente, de identidades nacionais ou étnicas fixas, e da busca por sistemas sociais estáveis e harmoniosos. Ele ressalta a necessidade de tomarmos a fronteira não como um limite natural, que divide e separa, mas como uma área de intersecção onde, no caso do México-Estados Unidos, o “primeiro mundo se encontra com o terceiro” (Alvarez, 1995:451). A fronteira é, nesse contexto, “a representação gráfica dos conflitos e contradições em um mundo hierarquicamente organizado” (Alvarez, 1995:451), ela é um sistema de controle e marginalização social, resultado de conflitos e disputas de poder.

Nessa produção sobre a fronteira México-Estados Unidos, questões de gênero ganham mais espaço, sobretudo através das vozes de mulheres da fronteira (Alvarez, 1995: 459). A mais conhecida dessas vozes é a de Glória Anzaldúa (1999[1987]) que, mais preocupada com questões de identidade e cultura do que com geopolítica, provoca uma reflexão sobre o estar e ser na fronteira, esse espaço *entre* mundos. A fronteira é vista como um contexto de conflito e opressão, onde a própria vida é marcada por paradoxos colocados pela multiplicidade de identidades de gênero, étnicas, culturais, nacionais, sexuais etc., divergentes e fluídas. Enquanto mulher, lésbica, chicana e feminista, a autora ocupa um lugar marginal de diferentes pontos de vista e desafia diversos limites, trazendo a diferença para o centro de sua crítica feminista. Sua existência é resultado de “*amasamientos*”, processos de hibridização feitos a partir de violências – dentre elas a da tradição patriarcal mexicana e a do Estado norte-americano -, mas sua “consciência mestiça” se refere também a como os sujeitos que habitam as fronteiras agenciam suas vidas e resistem às dominações.

O trabalho de Anzaldúa se torna um marco de influência para diversas pesquisas posteriores sobre gênero e fronteira, como demonstra a análise de Segura e Zavella (2008). Nos estudos destas autoras o gênero vem sendo abordado sobretudo através de temas como mestiçagem, migração e violências contra a mulher, mas com grande ênfase na agência

feminina diante de relações de poder profundamente desiguais, o que oferece perspectivas críticas para compreensão de um contexto onde geralmente são ressaltados apenas “feminicídios, exploração e vitimização” (Ibid. 541). As autoras propõem um “projeto feminista de fronteiras” [*feminist borderlands project*] que, questionando os diversos sentidos de limites e fronteiras, “explore múltiplos locais de controle e contestação de gênero”, revelando “as complexas representações, experiências e identidades que latinas, entre outras mulheres e homens, constroem no contexto da globalização, migração transnacional, formações sociais e imaginários que abrangem as fronteiras nacionais” (Ibid. 543). Esse projeto deveria considerar quatro dimensões principais das fronteiras: a estrutural, a discursiva, a interacional e, por fim, a dimensão da agência [*agentic*].

No campo acadêmico brasileiro, dentre outros centros de pesquisa, o Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vem há pelo menos dez anos realizando pesquisas com temas fortemente atravessados por noções de fronteira (no sentido aqui privilegiado), especialmente no que tange a mobilidades transnacionais, mercados do sexo e tráfico de pessoas (Piscitelli, 2013; Olívar, 2013; Lowenkron, 2014; Padovani, 2013), através de perspectivas de gênero, sexualidade, e sua intersecção com diferentes marcadores sociais de diferença. Nesse âmbito, destaco a produção de Paula Togni (2014) que, ao analisar trajetórias de sujeitos brasileiros oriundos de Mantena (interior de Minas Gerais), que migraram para o Cacém (Portugal, periferia da Grande Lisboa), aborda a fronteira enquanto uma categoria analítica multidimensional. Através das experiências de seus interlocutores, a autora demonstra como a dimensão territorial da fronteira se expressa em deslocamentos de diferentes escalas (rural-urbano, intermunicipais ou internacionais). Ao mesmo tempo, compreende a fronteira enquanto um espaço de ação, que tensiona dualismos (família/indivíduo; centro/periferia), produz e intersecciona diferenças de classe, raça, nacionalidade e gênero, agenciadas relacionalmente pelos sujeitos.

Tais trabalhos certamente ajudam em nossa reflexão sobre a questão do território fronteiriço e suas articulações com gênero nas Ciências Sociais brasileiras. Nosso objetivo não é o de, nessa pequena introdução, esgotar as variadas abordagens que vem sendo dadas à noção de fronteira. Diante da extensa literatura produzida nesse campo e da polissemia do conceito de fronteira, buscamos apenas situar brevemente o debate em torno dessa noção, que tem sido abordada de diversas perspectivas para, a partir daí, construirmos

nosso objetivo de compreender o panorama da recente produção brasileira sobre as fronteiras e, especialmente, qual lugar gênero tem ocupado nessa produção.

Panorama da produção sobre fronteiras no Brasil

É possível dizer que, desde a última década, tem havido um “revigoramento” das políticas de fronteira no Brasil, sobretudo as de origem federal (Hirata, 2015; Olivar, 2015; Albuquerque e Paiva, 2015). Esse crescimento da atenção governamental, que se desdobrou principalmente no aumento do controle estatal e da militarização, em políticas de combate ao narcotráfico (Hirata, 2005), pode ser visto também no aumento expressivo de campus universitários em cidades fronteiriças. Se nos detivermos apenas no âmbito das instituições federais de ensino superior, teremos inclusive “universidades de fronteira”, como a Unila – Universidade Federal da Integração Latino Americana, inaugurada em 2010 e a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, fundada em 2009. Tal expansão teve espaço a partir de 2002, com mudanças importantes nas estratégias da União para o ensino superior: a ênfase no setor privado deu lugar a um maior investimento de recursos públicos, que culminou na criação, em 2007, do Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do qual umas das características principais foi a interiorização do ensino superior, em áreas afastadas das capitais e antes desatendidas (Jesus, 2013)³. Concomitantemente à expansão de campus universitários na faixa de fronteira, foram criados programas de pós-graduação interdisciplinares com foco temático nas fronteiras, além de grupos de estudos fronteiriços⁴.

³ Além da Unila e da UFFS, outras universidades foram fundadas ou ganharam campus fronteiriços, ou próximos à faixa de fronteira, como a Unipampa – Universidade Federal dos Pampas (2008), o campus binacional do Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (2007), o campus de Benjamin Constant, da Ufam – Universidade Federal do Amazonas (2005), o campus de Ponta Porã da UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2008) e a UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados (2005).

⁴ Destaco como exemplos o Mestrado de Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS (2007), campus Corumbá, Mestrado em Sociedade e Fronteiras (2010) da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras (2010), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Integração Contemporânea da América Latina (2014) – Unila e o Mestrado em Ciências Sociais, na Unioeste, que conta com uma linha de pesquisa em fronteira. Dentre os grupos de estudo, destaco o Observatório da Tríplice Fronteira (2008), Núcleo de Estudos Fronteiriços (2010) da UFPel - Universidade Federal de Pelotas; Núcleo de Estudos Fronteiriços (2007) - Unifesp, Comunicação, Identidades e Fronteiras (2001) – UFSM, o Observatório de Violência de Gênero no Amazonas (2012) na UFAM, campus Benjamin Constant, além do Grupo RETIS – UFRJ, fundado em 1994.

Zárate (2008: 45) considera que a criação de um campus da Universidad Nacional de Colômbia (UNAL) na cidade de Letícia e a fundação do Instituto Amazónico de Investigaciones, nesse mesmo campus, colaborou com o aumento de interesse e produção acadêmica sobre a Tríplice Fronteira Colômbia-Brasil-Peru. A criação da universidade, onde pesquisas sobre a fronteira vem ocupando um importante espaço, se relacionaria diretamente a uma política estatal de criação de instituições em “áreas de integração fronteiriça”. A universidade participaria, assim, de um projeto de consolidação do Estado-Nação e de integração da região amazônica à sociedade nacional colombiana, integração essa que seria, segundo o autor, uma integração “pensada exclusivamente hacia adentro” (Zárate, 2008: 17). Acredito que, no caso brasileiro, a relação entre a expansão e interiorização das universidades federais e políticas públicas orientadas para integração e desenvolvimento regional necessita ser melhor analisada, especialmente pela possibilidade de refletirmos criticamente sobre o lugar dos territórios fronteiriços nessa expansão.

As fronteiras brasileiras, especialmente as amazônicas, vem sendo marcadas por um imaginário que as representa como lugares sem Estado e lei, associados à violência e a diversos ilegalismos, sobretudo à circulação de mercadorias ilícitas e ao narcotráfico (Paiva, 2015). Dessa forma, tomando a fronteira como um mito-conceito (Serje, 2011), é necessário refletirmos sobre sua construção simbólica, política e mitológica, produzida, em meio a tensões, pelo Estado e seus múltiplos agentes, por seus habitantes, por discursos midiáticos, governamentais, acadêmicos etc., questionando a naturalidade mesma da fronteira. Considerando o papel das Ciências Sociais na produção e circulação de imaginários sobre esses territórios, e diante de um cenário de expansão das instituições de ensino superior em contextos de fronteira e de emergência política da questão fronteiriça, proponho olhar para como a fronteira vem sendo pensada desde a fronteira, por pesquisadores locais. Assim, optou-se por privilegiar nesse levantamento analítico as universidades localizadas em zonas de fronteira, ou em estados fronteiriços, a fim de perceber os sentidos, lugares e temas que vem se destacando em suas pesquisas, e ainda, o lugar que gênero ocupa nessa bibliografia.

Escolhemos então como recorte para esse artigo a produção de teses, dissertações e TCC's (Trabalhos de Conclusão de Curso) das Ciências Sociais cujo objeto ou cujo recorte empírico fosse “fronteira”, realizados em universidades federais e estaduais de estados com fronteiras internacionais. Ao todo foram consideradas 35 universidades,

excetuando aquelas que não possuíam cursos de ciências humanas. O estudo não se ateve apenas à Sociologia, Antropologia ou Ciência Política, disciplinas que compõem o que se denomina, no Brasil, como Ciências Sociais. Devido à sua relevância numérica e qualitativa, incluímos também trabalhos de outras disciplinas que tinham por objeto processos ou relações sociais em territórios fronteiriços, tais como obras auto-classificadas como Geografia Social ou Geografia Humana (área que certamente se destaca quantitativamente), Planejamento e Desenvolvimento, Relações Internacionais, Comunicação Social, Demografia, Serviço Social, etc., além de pesquisas interdisciplinares, realizadas em programas de pós-graduação como Estudos Fronteiriços, Sociedade, Cultura e Fronteiras, Estudos Estratégicos Internacionais e Sociedade e Cultura na Amazônia⁵.

A metodologia utilizada foi a busca em bases de dados e acervos digitais *online*. Primeiramente, consultou-se a Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BNTD)⁶, na qual muitas universidades hospedam seus arquivos. Como nem todas as instituições públicas de ensino superior estão na BNTD, em um segundo momento, a busca foi realizada individualmente, nas bases de dados de cada instituição. No entanto, nem todas as universidades possuem seus acervos online, algumas outras possuem, mas não contemplam todos os seus campus⁷, o que dificultou e restringiu o levantamento. Inicialmente, a busca era realizada a partir das palavras “fronteira” e “gênero”, no campo “todos”, procedimento que se mostrou ineficaz em todos os sites consultados. Em segundo lugar, se buscava “fronteira” e “Mulher”, com raros resultados. Por fim, se consultava a palavra “fronteira” e era então necessário selecionar aquelas que, entre as centenas de resultados, correspondiam ao nosso recorte, excluindo os resultados que não se referiam a fronteiras territoriais internacionais. Além disso, como os resultados para “gênero”, “mulher” e “sexualidade” foram muito escassos, ampliou-se o escopo para incluir, apenas em trabalhos que abordassem fronteira e gênero, universidades fora do recorte geográfico proposto (estados fronteiriços). O recorte temporal adotado foi a última década, ou seja, obras produzidas desde 2005 até 2015.

⁵ Trabalhos de História foram excluídos pois fazem parte de outro eixo do projeto.

⁶ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁷ Como no caso do campus de Benjamin Constant, da Universidade Federal do Amazonas.

Ao final, diante das opções e recortes elencados, chegou-se a um total de 107 obras catalogadas, organizadas segundo autor (a), título, ano, universidade, local, disciplina, tipo (tese/dissertação/TCC), palavras-chave e resumo⁸. Esse material demonstra que os estudos sobre fronteiras continuam sendo uma preocupação maior para a Geografia, que se destaca com 35 teses e dissertações, enquanto a Antropologia possui apenas 7, as obras rotuladas como Ciências Sociais 8, a Ciência Política e a Sociologia 3 cada uma. Os trabalhos interdisciplinares, realizados em programas de pós-graduação como Estudos Fronteiriços e Sociedade, Cultura e Fronteira contam com 6 dissertações cada um. As universidades com maior produção foram as do Sul, destacando-se Unioeste (com diversos campus fronteiriços e 19 obras) e a UFRGS – Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, (com 15). Em terceiro lugar, está a UFAM, que conta com 8 teses e dissertações, empatada com a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal de Santa Maria. Além da grande concentração da produção nas universidades do Sul, notamos que as fronteiras dessa região também são as mais abordadas (53 vezes), com grande destaque para as fronteiras com o Paraguai (21 trabalhos) e a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai (12). As fronteiras do arco norte, embora seja a região com maior número de países vizinhos, aparecem apenas 23 vezes, com destaque para a fronteira com o Peru (6). O centro-oeste apareceu 11 vezes, sendo que 8 obras tratavam da fronteira mato-grossense com a Bolívia. Quanto aos temas das obras revisadas, a migração certamente se sobressai, constando 27 vezes. Temas como comércio, consumo e economia aparecem juntos 13 vezes, seguidos por políticas públicas, especialmente de saúde, com 12 menções. Criminalidade, contrabando, narcotráfico e segurança pública são abordados em 10 trabalhos⁹.

No que tange ao lugar do gênero nessa produção, são apenas 9 as obras que se ocupam de questões relacionadas (e apenas 3 utilizam explicitamente o conceito nas palavras-chave), geralmente ao tratar da mulher migrante ou em condição de “exploração

⁸ Como parte de um projeto maior, que envolve outros pesquisadores, este artigo aborda resultados parciais de um processo de pesquisa ainda em andamento. Além de mim, Mario Pedroso Carneiro e Thuanny --- têm se empenhado na catalogação de trabalhos com o objetivo de construir um levantamento geral acerca dessa produção, que inclua, além de teses e dissertações, artigos em periódicos e livros, que será disponibilizado futuramente por meio de um banco de dados.

⁹ Ressalta-se que as monografias do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas não foram quantificadas nesse levantamento geral. Uma vez que tivemos acesso privilegiado (presencial) aos acervos do Instituto, optou-se por analisa-los separadamente.

sexual”. São elas: 1) *Identidades em performance: abuelas em fronteiras* (Penha, 2013); 2) *Headbangers e Tererã: a experiência Heavy Metal na tríplice fronteira* (Neves, 2014); 3) *Miséria das Fronteiras: Exploração sexual de crianças e adolescentes femininas em Foz do Iguaçu* (Maia, 2012); 4) *Uma experiência etnográfica de fronteira: exploração sexual de crianças e jovens na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai* (Moraes, 2009); 5) *Exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela* (Vasconcelos, 2011); 6) *Mulheres na fronteira : a migração de bolivianos para Corumba - MS* (Peres, 2009); 7) *Direitos humanos e fundamentais, migração nas fronteiras Brasil e Uruguai : uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gêmeas: Santana do Livramento-BR/Rivera-UR e Chuí-BR/Chuy-UR* (Bühning, 2013); 8) *A margem do limite : fronteira e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil* (Martini, 2005); 9) *Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, na cidade de Corumbá-MS, aspecto jurídico, cultural e social* (Gomes, 2011). Como se pode ver, desse total, o tema da “exploração sexual”, se destaca, tendo sido abordado em 4 obras. O tema foi associado à infância e à mulher. Prostituição só aparece uma vez, vinculada à exploração sexual. A migração foi o segundo assunto mais referido, com 2 trabalhos. No geral, as obras dão ênfase a questões ligadas à mulher e à feminilidade (6), mas há espaço também para trabalhos que abordam as experiências de homens e mulheres, em uma perspectiva relacional de gênero (3). Não foram encontradas referências a pessoas transexuais e a homossexualidade foi referida em apenas 2 trabalhos¹⁰.

A fronteira vista desde a fronteira: as monografias do Instituto de Natureza e Cultura em Benjamin Constant

Diante de nosso objetivo de compreender como as fronteiras estão sendo pensadas desde polos fronteiriços de produção acadêmica, propomos um olhar mais aprofundado para pesquisas de antropólogos oriundos de zonas de fronteira, buscando perceber como os estudos locais apresentam ou descontroem determinados imaginários sobre as

¹⁰ A tese de Guilherme Passamani, *Batalha de Confete no "Mar de Xarayés": condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade* (2015), aborda condutas homossexuais e curso de vida na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, fronteira com a Bolívia. Apesar da sua relevância, o trabalho não foi incluído, pois à época da pesquisa ainda não havia sido defendido e disponibilizado na biblioteca digital da Unicamp, onde Passamani a realizou (embora seja docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS).

fronteiras. Assim, nessa parte do texto, nos debruçaremos sobre as monografias de conclusão de curso de alunos de Antropologia do campus da Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant. O município brasileiro faz fronteira fluvial (Rio Javari, afluente do Solimões) com a municipalidade peruana de Islândia. Benjamin se localiza na mesorregião do Alto Solimões, perto do município de Tabatinga, que faz fronteira terrestre com Letícia – Colômbia, e fluvial com Santa Rosa – Peru. Os alunos da UFAM provêm do próprio município, de Tabatinga ou de outras cidades próximas, como Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença. O campus foi fundado em 2005 e abriga o INC – Instituto de Natureza e Cultura, que oferece os cursos de Administração em Gestão Organizacional, Antropologia, Ciências Agrárias e do Ambiente, Biologia, Química, Letras e Pedagogia. A primeira turma de Antropologia se formou em 2011, de quando datam os primeiros trabalhos de conclusão.

As monografias foram catalogadas durante uma viagem de campo realizada à cidade de Tabatinga em 2015. O fato de a universidade estar em greve no momento da nossa visita, somado à indisponibilidade de alguns arquivos em formato digital, dificultou o acesso aos textos.¹¹ Além dos TCCs da UFAM, na ocasião catalogamos também os TCCs do curso de geografia da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, localizada em Tabatinga. Ao todo foram 22 trabalhos, que faziam referência à fronteira ou à gênero/mulher/sexualidade, sendo 5 da UEA, do curso de geografia, e o restante da UFAM, Antropologia.

Os primeiros em geral tematizam mais diretamente a fronteira, mas não há menção a relações de gênero ou à sexualidade. Colocando a fronteira como centro da análise, há o trabalho de Edson Luiz da Silva (2011), cujo foco são as concepções de fronteira e seu impacto na formação das subjetividades dos moradores da Tríplice Fronteira Letícia-Tabatinga-Santa Rosa; o trabalho de Francisco J. M Pinto (2012), sobre a concentração do comércio na fronteira e o de Edney P. Arirama (2011), para quem a fronteira influencia decisivamente a constituição urbana de Tabatinga, ao permitir fluxos migratórios colombianos no bairro Santa Rosa. Em outros dois TCCs a fronteira aparece como um

¹¹ Agradeço à Prfa. Flávia Melo da Cunha pela ajuda na obtenção dos textos.

contexto para fenômenos sociais, nesse caso religiosos, como a Irmandade de Santa Cruz (Neves, 2012) e os benzedeiros em Tabatinga (Matos, 2013)¹².

Já nos trabalhos da UFAM, em termos gerais, a fronteira aparece apenas de forma contextual e a ênfase é dada a gênero, mulheres ou sexualidade. Como exceções temos dois trabalhos que tratam sobre “imigração” peruana em Benjamin Constant (Oliveira, 2011 e Torres, 2011), o trabalho de Rosana Lima (2015) que, ao estudar a problemática do aborto na região, se detém sobre as diferenças na legislação e nas políticas públicas entre os países da Tríplice Fronteira e o trabalho de Ênio Mendonça, que ao tratar do tráfico ressalta a fronteira como um elemento explicativo. Finalmente, há o TCC de Ana Maria Campos (2012), que trata sobre o atendimento a mulheres grávidas na rede pública de saúde de Benjamin Constant, enfocando o atendimento a gestantes peruanas.

Algo que ajuda a entender a tendência à predominância de gênero e sexualidade como temas nas pesquisas da UFAM é a existência do Observatório de Violência de Gênero no Amazonas - OVGA. O projeto nasce em 2012, no Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant, como um programa de extensão universitária, inicialmente chamado Observatório de Violência Contra a Mulher do Alto Solimões. Sob a coordenação da professora Flávia Melo da Cunha, o programa se expandiu para outras unidades da UFAM, a saber Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, em Parintins e Instituto de Ciências Exatas, em Manaus. O Observatório desenvolve ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, buscando mapear e compreender o perfil da violência de gênero no estado do Amazonas, além de enfrenta-la por meio de ações junto à sociedade civil, tais como subsídio à formulação de políticas públicas, realização de oficinas, promoção de ações preventivas e fortalecimento de redes locais de

¹² Sobre expressões religiosas nessa Tríplice Fronteira, vale a pena citar a dissertação de Reginaldo Conceição da Silva: *“NA GIRA DA UMBANDA”: Exercício etnográfico sobre expressões de Afrorreligiosidade na “fronteira” e no Terreiro da Cabocla Jurema em Tabatinga, Amazonas* (2015). O autor é docente da Universidade Estadual do Amazonas, Campus Tabatinga, embora sua dissertação tenha sido defendida pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Assim, e por não estar publicada à época de nossa pesquisa, a dissertação não entrou em nosso levantamento.

combate. Seu trabalho abrange uma rede de mais de 14 municípios e conta com 6 pesquisadores associados, além de parcerias com núcleos de pesquisa¹³ em todo o Brasil¹⁴.

Muitos alunos, bolsistas ou voluntários, tem realizado suas pesquisas de iniciação científica ou monografia junto ao Observatório, o que ajuda a explicar que, mesmo quando somamos os trabalhos de alunos da UFAM e UEA, gênero (8) ainda seja o tema mais mencionado, seguido por violência doméstica (4) e migração (3). Uma análise mais profunda dessa produção é certamente necessária e pode iluminar novas questões e temas, uma vez que se trata de pesquisadores locais problematizando suas próprias fronteiras. Assim, selecionamos, dentre os trabalhos de Antropologia da UFAM, cinco que discutiam questões relacionadas à gênero, sexualidade ou fronteira, de forma a perceber como essas questões vem se articulando nessas pesquisas.

1) *“El Patrón”: imaginários sobre o modo de vida dos Traqueteiros na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru)”*

O primeiro trabalho de conclusão analisado é de autoria de Enio Haiden Mendonça, com orientação de Cristian Farias Martins e foi defendido em 2014. O estudo tem por objetivo apreender as representações sociais da população de Tabatinga sobre “sujeitos desviantes” envolvidos com a comercialização de drogas ilícitas, os chamados “traficantes”, “traqueteiros”, ou “patróns”, denominados de forma diferente em cada país da fronteira. O tema do narcotráfico tem sido um tema clássico nos estudos fronteiriços, como demonstra o levantamento anterior. Mendonça dá sua contribuição ao debate, com um ponto de vista desde a fronteira. O autor traça o histórico do tráfico de drogas nessa região, que se articula à própria história das cidades. Entretanto, ele procura desconstruir estereótipos produzidos por discursos midiáticos do sul e sudeste, como o de que o narcotráfico seria a única ou principal atividade econômica da região e de que todos os habitantes teriam, de alguma forma, um envolvimento com atividades ilícitas.

¹³ Destaco a parceria com o Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, desde a formulação do OVGA, em 2011, através do projeto “Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulação na fronteira Brasil-Colômbia” (Fapesp: 2010/50077-1), e posteriormente, com o projeto Jovem Pesquisador antes referido. Essa parceria incluiu, entre outras atividades, a participação de pesquisadoras do Pagu em jornadas de formação dos estudantes vinculados ao Observatório.

¹⁴ Fonte: <http://www.ufam.edu.br/attachments/article/3636/Folder%20OVGAM2.pdf> e <http://www.ufam.edu.br/attachments/article/3636/Folder%20OVGAM1.pdf>

Denunciando esses discursos que produzem a fronteira como um lugar essencialmente perigoso, violento e sem lei, o texto se centra nas representações locais sobre o tráfico de drogas e seus agentes. O imaginário popular, analisado por meio de entrevistas com membros da comunidade como lideranças religiosas, taxistas, comerciantes e representantes do judiciário, demonstra que os traficantes são vistos na maioria das vezes como indivíduos moralmente degradados, que alimentam uma cadeia de crimes da qual a venda de drogas seria o pilar central. Mas há espaço também para representações menos negativas, como as de que esses sujeitos teriam um papel beneficente, fazendo favores, ajudando pessoas pobres e gerando renda. A percepção local sobre a violência é de que esta tem aumentado nos últimos anos, com destaque para crimes de assassinato e assalto vinculados ao tráfico. O sentimento de insegurança é, no entanto, relativizado: quando se dirigem a um interlocutor de fora, as pessoas tendem a avaliar que a violência em Tabatinga não pode ser equiparada a de outros contextos, pois aqui as balas teriam “endereço e nome certo”, ou seja, os crimes não costumam acontecer indiscriminadamente e ameaçar a todos (Mendonça, 2014:20). O autor considera a fronteira como uma rede de cidades por onde os sujeitos circulam em busca da realização de seus projetos de vida, ainda que esses projetos transgridam normas sociais. Assim, a fronteira exerceria um grande impacto sobre a organização do comércio de drogas ilícitas, uma vez que essa atividade se constituiria em uma cadeia transfronteiriça de ilegalidades. Há, assim, como pano de fundo, uma visão de que *a fronteira* favorece o narcotráfico e dificulta o cumprimento da lei, por facilitar tanto a circulação das mercadorias, quanto fugas. Esse argumento provém das falas de autoridades estatais, como o delegado federal e a promotora, sujeitos geralmente provenientes de centros urbanos de outras regiões nacionais. Ao tomar essas narrativas como dados em si, sem problematizar seus fluxos, de onde e por quem são ditas, por quais interesses se movem, que feitos produzem, etc, ele se esquece de analisá-las enquanto discursos informados que produzem mito-conceitualmente a fronteira (Serje, 2011) e acaba por reificar a imagem do território fronteiriço como mais propenso a ilegalismos e à violência.

2) ***“Mulheres, crime e prisão: percepções a partir das egressas e da instituição sobre a unidade prisional de Tabatinga – AM”***

O segundo trabalho de conclusão a ser analisado é o de autoria de Ellen Carvalho Lima e foi defendido em 2015 com orientação do professor Widney Pereira Lima. Seu objeto principal é o cotidiano da UPT – Unidade Prisional de Tabatinga, única unidade prisional do Alto Solimões, que abriga homens e mulheres de todos os municípios da região. Buscando compreender os conflitos, redes de solidariedades e regras das relações entre as detentas e destas com a instituição, a autora lança mão de depoimentos de egressas, de familiares dos presos, de agentes institucionais, como o delegado e representantes da Pastoral Carcerária, bem como de sua própria experiência enquanto familiar de um detento. Além de desvelar as condições de vida no presídio, marcadas pela precariedade, mas também pela solidariedade, E. C. Lima toca, assim como Mendonça (2014), na questão do narcotráfico. Segundo dados fornecidos a ela pelo diretor da UPT, 90% das mulheres presas em Tabatinga estariam cumprindo pena por tráfico. A fronteira aparece novamente como um facilitador para esse tipo de infração legal, uma vez que a proximidade com o Peru e a Colômbia favoreceriam a circulação de pessoas e mercadorias, legais e ilegais (Ibid. 2015:31). Entretanto, ao pôr em questão o lugar da mulher no tráfico, suas motivações, sua posição hierárquica na organização, as expectativas morais sobre a feminilidade e os preconceitos que daí decorrem, a autora apresenta uma perspectiva diferenciada em relação às obras catalogadas pelo levantamento geral, que não refletem sobre como gênero atravessa as práticas ilegais em contextos fronteiriços. Ela contesta por exemplo, a explicação moralizante de que as mulheres são levadas ao tráfico por submissão aos maridos (que as coloca como vítimas do companheiro), trazendo a diversidade de trajetórias de suas informantes, marcadas por ambição pessoal e pela busca oportunidades financeiras, ressaltando a escassez de empregos na região (Ibid. 2015: 32, 33). A própria fronteira é, contudo, pouco problematizada, embora ao longo do texto hajam diversos dados etnográficos que teriam grande potencial para análise de sua implicação na realidade carcerária na região. Por exemplo, a presença de detentos imigrantes, oriundos da Colômbia e Peru, é apenas mencionada, primeiro em um episódio de violência envolvendo um peruano (Ibid. 2015: 39) e ainda nas atividades desenvolvidas pela Pastoral Carcerária no presídio, que realiza festas comemorativas das datas cívicas dos 3 países da fronteira (Ibid. 2015: 48), o que demonstra a influência da fronteira no cotidiano da prisão.

3) *“Entre a prática e a legalidade: análise de diferentes percepções sobre o aborto”*

O trabalho de Rosana Oliveira Lima foi orientado pela professora Flávio Melo da Cunha defendido em 2015. No levantamento geral, observamos que temas relacionados à saúde pública aparecem com certa relevância, inclusive abordando políticas de saúde feminina e reprodutiva na fronteira. A pesquisa se concentrou em 3 frentes principais: traçar um panorama da legislação e políticas públicas sobre aborto nos três países da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), compreender as percepções sobre aborto dos profissionais de saúde do Programa Aborto Legal da Maternidade Balbina Mestrinho e, por fim, compreender as percepções sobre aborto da comunidade acadêmica do campus Benjamin Constant da Universidade Federal de Manaus. No primeiro capítulo, a autora descreve como os três países da fronteira legislam sobre a interrupção voluntária da gravidez, promovem estratégias de redução das taxas de aborto clandestino e políticas de atendimento aos casos previstos em lei, com o objetivo de “melhor compreender as práticas fronteiriças usadas para realização do aborto” (Ibid. 2015: 22). A autora afirma que as legislações de Brasil e Colômbia são semelhantes, sendo criminalizado o aborto induzido, exceto em 3 casos: gravidez decorrente de estupro, gravidez que coloque risco à vida materna e em caso de anencefalia (no Brasil) ou má formação que impossibilite a vida pós-parto (Colômbia). Já no Peru, o aborto só seria permitido em caso de risco à vida ou saúde da gestante. Em todos os países, haveria imensa dificuldade de realizar a interrupção mesmo quando esta se encontra dentro da lei, seja pela ausência de programas de saúde pública que cubram o procedimento, seja pela exigência de laudos médicos comprovando inviabilidade da gestação. A autora assinala que o misoprostol, medicamento abortivo, é mais facilmente comprado na Colômbia e que ele é o medicamento mais utilizado na fronteira para realização de abortos clandestinos (Ibid. 2015: 29), mas uma possível relação entre a proximidade dos países e o acesso a esses meios não é desenvolvida de forma aprofundada. No segundo capítulo, a pesquisa se debruça sobre o atendimento a gestantes no Programa Aborto Legal, do governo federal, em uma maternidade de Manaus, demonstrando que os profissionais do programa apresentam constrangimentos morais e declaram ter dificuldades em lidar com as vítimas de violência sexual ou má formação fetal que procuram interromper a gravidez. A condenação moral do aborto segue sendo, assim, um empecilho à capacitação profissional e ao atendimento humanizado. O terceiro capítulo apresenta uma pesquisa de opinião realizada no Campus Benjamin Constant da UFAM, que abarcou funcionários e alunos, de variadas idades e escolaridades, todos brasileiros. Do total de 46 questionários respondidos, a imensa maioria declara ser contra a prática,

exceto nos casos permitidos por lei. Apenas 3 mulheres admitiram ter feito aborto voluntário, e 2 homens admitem ter aconselhado suas parceiras ao procedimento. Ao refletir sobre aborto, essa monografia traz um tema historicamente caro aos movimentos feministas, abordando as tensões no debate público a respeito, frequentemente polarizado entre direitos do feto e direitos reprodutivos e humanos das mulheres. A autora mostra como a ilegalidade leva a altas taxas de aborto clandestino, sendo essa a segunda maior causa de morte materna no Brasil. Sem trabalhar diretamente com gênero como categoria analítica, o trabalho toca em temas como reconhecimento de direitos e de liberdade de escolha das mulheres, atravessados por gênero em alguma medida. A questão da fronteira não é, entretanto, desenvolvida para além das diferenças de legislação, como um fator de influência sobre as práticas das mulheres da região ou sobre a percepção pública a respeito do tema.

4) *“Fronteira vivida: o imaginário sobre a vida dos imigrantes peruanos em Benjamin Constant”*

A monografia de Maria Elenir Oliveira foi defendida em 2011, com orientação do professor Cristian Farias Martins. A pesquisa teve como objetivo compreender o modo de vida de comerciantes peruanos residentes em Benjamin Constant, analisando seu cotidiano, as dificuldades enfrentadas por eles, seus processos de reconfiguração identitária e cultural, e como se percebem em relação à sociedade benjaminense. Através de entrevistas, ela reconstrói as trajetórias de migração desses sujeitos, bem como seus projetos de vida e suas expectativas com relação ao Brasil. A maioria dos interlocutores afirmou ter se mudado para o Brasil em busca de melhores condições de trabalho e econômicas, geralmente depois de passar por outras migrações dentro do Peru. A visão que eles apresentam sobre o Brasil e a vida na fronteira é a de um lugar de oportunidades e onde as coisas são mais fáceis que em seu país natal, já que o Estado brasileiro proveria gratuitamente recursos como saúde e educação. Viver na fronteira também seria um facilitador, uma vez que permite a mobilidade entre países, para visitar a família ou realizar transações comerciais. Um local bastante comum nesses fluxos seria a cidade de Iquitos - Peru, onde buscam os produtos que comercializam. Embora a pesquisa demonstre que o objetivo de se estabelecer economicamente tenha sido alcançado por quase todos os

peruanos entrevistados e a maioria declara não ter vontade de voltar a morar no país de origem, Oliveira assinala que eles frequentemente enfrentam discriminações por parte dos brasileiros, além de dificuldades para regularizar sua situação como imigrantes. A análise da autora se inscreve na linha de trabalhos mais preocupados com questões de identidade e cultura, e ela demonstra como os hábitos culturais dos imigrantes, como a comida, as roupas, a própria língua, se modificam no encontro com outras culturas sem que esse processo seja o de simples assimilação, gerando novas identidades. A fronteira é vista então como uma “zona de contato” (Pratt, 1999), um espaço de mobilidade humana, propício para intercâmbios culturais, geralmente marcados por assimetrias de poder, e no qual as identidades são construídas através da relação com o outro. Ela propõe um conceito de “fronteira vivida” (Nogueira, 2007) que permite ver a fronteira para além de limites geográficos, mostrando que, mais do que um espaço físico, ela é parte constituinte das experiências de vida dos atores sociais que a habitam e de suas relações com outros atores de etnias, nacionalidades e posições sociais diversas, bem como com agentes estatais. Nesse contexto, as identidades estão longe de serem essencializadas, presas a um tempo ou espaço, elas se caracterizam, antes, por seu dinamismo, algo que a autora conceitua, nos termos de Velho (2003), como “multipertencimento”. Percebe-se, assim, que Oliveira traz a reflexão sobre a fronteira para o centro de seu trabalho, desde a perspectiva da migração, mas, apesar de a pesquisa ter abordado trajetórias de homens e mulheres migrantes, não há espaço para questões que problematizem como gênero atravessa essas trajetórias.

5) *“Dilemas da maternidade: a assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant”*

Outro trabalho na linha de direitos reprodutivos, Ana Campos avança na articulação entre gênero, “raça” e fronteira, mostrando como a discriminação marca as experiências de gestantes peruanas em Benjamin Constant na busca por atendimento na rede pública de saúde. A monografia foi defendida em 2012 e orientada pela professora Flávia Cunha. A pesquisa foi feita através do acompanhamento de grávidas brasileiras e peruanas que procuram assistência pré-natal na rede municipal de saúde de Benjamin Constant, desde o pré-natal, passando pelo parto e pela amamentação. A antropóloga, que também estava grávida à época da pesquisa e fez de sua experiência de parto um relato etnográfico, nos

apresenta uma reflexão a respeito da maternidade e as cobranças depositadas sobre a mulher pela sociedade em geral e, especialmente, pelo próprio sistema de saúde, como a necessidade de amamentar e ser “forte” durante o parto. No entanto, o ponto central do texto são as diferenças no acesso e na qualidade do atendimento a brasileiras e peruanas. As primeiras conseguiram atendimento e parto hospitalar, embora algumas tenham vivenciado complicações e hajam relatos de violência obstétrica. Já no caso das peruanas, foram muitas as dificuldades enfrentadas. O atendimento a peruanos é visto como um problema pelos agentes de saúde, que argumentam que o Sistema Único de Saúde – SUS não repassa verba para atenção a essas pessoas. Para além da alegada escassez de recursos, emergem atitudes agressivas com as gestantes. Enfermeiras denominam como “malandragem” a busca destas por assistência médica, afirmando que elas deveriam realizar o acompanhamento em Islândia, ou ainda que são desonestas e estariam querendo receber atendimento no Brasil e no Peru, pois teriam dupla nacionalidade. Embora a Secretaria de Saúde do município utilize como critério que a paciente tenha ao menos 5 anos de residência no Brasil para permitir o pré-natal, é comum agentes descumprirem essa regra. Assim, as pacientes peruanas acabavam não fazendo pré-natal e uma, que vivia há mais de doze anos em Benjamin, terminou por fazer o parto em casa, situações que impõe sérios riscos à vida das mães e dos bebês. Essas representações estigmatizantes de peruanos como “malandros”, “desleixados”, “folgados”, retratadas na monografia de Ana Campos, encontram análogos em outros trabalhos sobre peruanos na região, como o de Martins, Nascimento e Oliveira (2015) e o de Olivar, Cunha e Rosa (2015), os quais apontam categorizações pejorativas como ladrões, sujos, fedidos e preguiçosos por parte de diversos atores sociais.

Enquanto no trabalho de Oliveira (2011), citado acima, vemos o imaginário dos peruanos sobre a vida na fronteira e o Brasil, todos com trajetórias migratórias de relativo sucesso, Campos abre espaço para as representações dos brasileiros acerca dos peruanos, demonstrando como dinâmicas produtoras de exclusão e estigmatização são operadas a partir de um imaginário sobre a nação e o outro. Embora busque retratar os peruanos como sujeitos determinados em busca de melhores condições de vida e direitos, supostamente impossíveis de conquistar em seu país, o fato de Oliveira abordar apenas um enfoque sobre a questão, deixando de explorar práticas discriminatórias (que apenas menciona em um momento do texto), pode colaborar para reforçar estereótipos do Peru como um país

subdesenvolvido, de pessoas pobres, forçadas à migrações irregulares. Assim, ainda que o texto se assente sobre uma solidariedade política para com os imigrantes, esses elementos, em um contexto profundamente discriminatório, podem produzir, ao invés de piedade, maior rejeição, porque reforçam a lógica da competição por recursos constantemente ressaltados como escassos (empregos, espaço comercial, acesso a serviços públicos) (Olivar, Cunha e Rosa, 2015).

Outro ponto em que a análise de Campos (2012) se diferencia é a opção por não tratar o tema da perspectiva da migração, preferindo o enfoque na produção de diferenças a partir de imaginários nacionais sobre o Brasil, o Peru e suas populações, em uma zona de fronteira. Assim, ela se ocupa da forma como esses imaginários se traduzem em narrativas nacionais, seja através da vitimização estatal por parte dos agentes de saúde, alegando que o Estado, em virtude da escassez, nada pode fazer pelas mães peruanas, ou seja na descrição destas como “malandras”, aproveitadoras dos benefícios estatais brasileiros, diante da pobreza de seu país de origem. A autoria denuncia, portanto, as percepções negativas a respeito dos peruanos e do Peru, que se materializam na experiência da maternidade, através da violência institucional.

Considerações Finais

Ao analisar a produção bibliográfica sobre a fronteira México-Estados Unidos, Alvarez (1995) assinala a importância que os antropólogos mexicanos ou chicanos, “nativos”, tiveram no desenvolvimento teórico de estudos sobre as dinâmicas sociais fronteiriças, incluindo novos temas e evidenciando desigualdades e conflitos. No Brasil, Albuquerque (2014: 65) ressalta que pesquisadores locais, cujas suas próprias experiências de vida estão profundamente atreladas a essas fronteiras, nos trazem reflexões metodológicas e abrem caminho para novas visões sobre a fronteira, pois seus trabalhos diluem distâncias entre sujeitos e objetos de pesquisa, reconfigurando distinções entre “‘distante e próximo’, ‘nacional e estrangeiro’, *insider/outsider*’, ‘nós e eles’ na própria prática da pesquisa de campo”. Os trabalhos de conclusão de curso aqui abordados são etnografias primosas, realizadas a partir de vínculos cotidianos e anteriores dos pesquisadores com seu campo: Ana Campos, grávida no momento da pesquisa, trabalhava como agente de saúde à época, Maria Elenir Oliveira era ela mesma comerciante em

Benjamin Constant, Ellen Lima tem um familiar egresso da UPT e Enio Mendonça tem conhecidos que já se envolveram com o tráfico em Tabatinga. Partindo de temas clássicos ou usuais aos estudos de fronteira, essas pesquisas apresentam enfoques originais.

No que tange à forma como a fronteira é pensada, em alguns trabalhos ela representa apenas um contexto para as relações sociais estudadas (E. Lima e R. Lima), já em outros ela ganha maior importância como um fator de impacto nessas relações e é então conceitualmente discutida (Oliveira, Mendonça, Campos). Quanto aos últimos, a fronteira é abordada como zona de contato, espaço de reconfiguração identitária e cultural, fator determinante para explicação de fenômenos, principalmente o narcotráfico, ou ainda como lugar de produção de diferenças e imaginários nacionais sobre o Brasil e países vizinhos. Com influência do Observatório de Violência de Gênero do Amazonas, gênero adquire relevância. Ainda que, dentre as obras analisadas, não apareça em nenhuma enquanto categoria analítica, encontra-se nas reflexões que baseiam boa parte das etnografias, geralmente sob a aparência de condição feminina, convenções de feminilidade ou mulher. Ao menos no recorte selecionado para análise aprofundada, o foco recai sobre os direitos humanos e reprodutivos das mulheres.

Em relação aos trabalhos catalogados no levantamento geral, nota-se uma certa continuidade temática, com ênfase em estudos sobre migração, acesso a políticas públicas/direitos, especialmente a saúde, e ilegalismos, sobretudo o narcotráfico. Quanto ao gênero, a comparação entre mapeamento geral da produção de estados fronteiriços e a produção da UFAM, demonstra alguns distanciamentos. Sobretudo, chama atenção o espaço dado ao tema. No levantamento mais amplo, de um total de 107 obras, questões que envolvam gênero/sexualidade/mulher aparecem em apenas 9 trabalhos. Já na UFAM, em um universo de 17 monografias, 8 abordam gênero. Quando olhamos para os temas através dos quais gênero é interpelado, no levantamento geral a “exploração sexual” se destaca e, com uma exceção, não se fala em prostituição. Nos TCC’s, relações sexuais mediadas por bens financeiros são pensadas como “babado”, trabalho sexual (como em Bagdala Lima, 2010) ou relações de reciprocidade que envolvem afetos e trocas (como em Fábio Lira, 2014). Ainda nos TCC’s, é o tema da violência doméstica que se sobressai, com 4 menções, havendo também espaço para outras formas de violência, como a violência obstétrica e a xenofóbica (ver Ana Campos, 2012). Além disso, se nos trabalhos do levantamento geral, a ênfase recai sobre a categoria “mulher” e não aparecem referências

a pessoas transsexuais/travestis, na UFAM, estas estão presentes em 3 trabalhos e problematizações acerca das masculinidades ganham mais espaço (3), acompanhadas de reflexões sobre relações homossexuais.

Assim, a produção do Instituto de Natureza e Cultura da UFAM nos permite refletir sobre como fronteira e gênero vem sendo pensada na perspectiva de pesquisadores de um polo fronteiro de produção de conhecimento. Quanto aos usos dados à noção de fronteira, observou-se que poucos são os trabalhos onde essa noção é conceitualmente problematizada, mas por outro lado, gênero se destaca. Embora, na maioria das monografias, a fronteira apareça enquanto um contexto, os resultados indicam que a proximidade cotidiana dos pesquisadores com esse cenário é um elemento que favorece a produção de abordagens originais, que lançam luz sobre dinâmicas e relações pouco tematizadas pelos estudos em geral, e ultrapassam certos estereótipos, revelando a rica complexidade da vida na fronteira.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Lindomar. A dinâmica das fronteiras: descolamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009

_____. Limites e Paradoxos da cidadania no território fronteiro: o atendimento à brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu. In: *Geopolíticas*, Vol. 3, n. 2. 2012.

_____. Fronteiras: entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação. In: *As Ciências Sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa*. Org. COLOGNESE, Antonio; CARDIN, Eric Gustavo. Ed. JB, Cascavel – PR, 2014.

_____; OLÍVAR, J. M. Apresentação. In: *Revista Ambivalências*, Vol. 3, n. 5. 2015.

_____; PAIVA, L.F. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). In: *Revista Ambivalências*, Vol. 3, n. 5. 2015.

ANZALDÚA, Gloria (1999[1987]). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*, San Francisco, USA: Aunt Lute.

ALVAREZ, Robert. 1995. The mexican-US border: the making of an anthropology of borderlands. *Annual Review of Anthropology* (24): 447-470.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDIN, Eric Gustavo. “Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai”. Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 3, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O índio e o mundo dos brancos: a situação dos tikuna do Alto Solimões. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2000.

FALHAUBER, Priscila. “A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema”. BIB, São Paulo, nº 51, setembro de 2001: 105-125, 2001.

HIRATA, D. Segurança pública e fronteiras, apontamentos a partir do arco norte. Ciência e Cultura, vol. 67 n.2. São Paulo, 2015.

JESUS, F. S. Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no âmbito do REUNI: Um enfoque para a graduação da UFRB. 2013. 119f. Dissertação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia. 2013.

LOWENKRON, L. Gênero, Fronteiras e Estado: a construção do tráfico de pessoas em investigações e inquéritos policiais. Relatório de pesquisa de pós-doutorado apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2014

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, Cristian F.; NASCIMENTO, Rudson T.; OLIVEIRA, Maria Elenir S. de. A migração peruana para o Alto Solimões: relatos etnográficos da mobilidade humana numa região de fronteira. In: Antropologia no Alto Solimões. Org. SILVA, Adailto da; JUSTAMAND, Michel. São Paulo: Alexa Cultural, 2015.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazonas: A divisão da “monstruosidade geográfica”. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p.224 núm. 2, 207-234.

OLIVAR, J. M. Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulações na fronteira Brasil-Colômbia. Relatório final de pesquisa. FAPESP. Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU / Unicamp. Campinas. 2013.

_____. Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões”. Artemis. v. 18, n. 1, p. 87-102. 2014.

_____. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. In: Revista Ambivalências, Vol. 3, n. 5. 2015.

_____; CUNHA, F. M.; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na amazônia brasileira. In: Revista Tomo, n. 26, jan/jun, 2015.

_____. Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia brasileira. Relatório final de pesquisa. FAPESP. Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU / Unicamp. Campinas. 2016

PADOVANI, Natália Corazza. “Confounding Borders and Walls: Documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons”. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10, n. 2. July to December 2013. Brasília, ABA.

PAIVA, Luiz Fábio. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. *Revista Tomo*, n. 27 jul/dez, 2015.

PASSAMANI, Guilherme. Batalha de confete no mar de Xarayes: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. Tese de doutorado, IFCH - Unicamp. Campinas, 2015.

PISCITELLI, A. Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Clam, 2013.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999

SERGE, Margarita. El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá, Ediciones Uniandes, 2011.

SEGURA, Denise; ZAVELLA, Patricia. 2008. Introduction: gendered borderlands. *Gender and Society* 22 (5):537-544.

SILVA, Reginaldo Conceição da. “Na gira da umbanda”: Exercício etnográfico sobre expressões de Afrorreligiosidade na “fronteira” e no Terreiro da Cabocla Jurema em Tabatinga, Amazonas. Dissertação, UEMA - São Luiz, 2015.

SPRANDEL, Márcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras & limites no Brasil. In: CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen (orgs.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. UnB, Brasília, 2005.

TOGNI, Paula. Fronteiras como interação de diferenças e o modelo teórico das interseccionalidades: repensando a categoria juventude nos deslocamentos de “brasileiros” para Portugal. In: *Revista Ambivalências*, Vol. 3, n. 5. 2015.

TURNER, F. J. O significado da fronteira na história americana. KNAUSS, Paulo. Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: UFF, 2004 [1920].

VELHO, Gilberto; Kuschnier. Karina (orgs). Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ZÁRATE BOTÍA, C. Silvícolas, sirangueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la amazonia de Brasil, Perú y Colombia -1880-1932. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

Trabalhos de conclusão de curso referenciados

ARIRAMA, Edney P. A dinâmica da formação urbana do bairro Santa Rosa e a contribuição do fluxo colombiano. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2011.

CAMPOS, Ana Maria. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2012.

LIMA, Rosana Oliveira de. Entre a prática e a legalidade: análise de diferentes percepções sobre o aborto. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2015.

MELO, Fabio J. de Lira. Entre famílias, bofes e lances. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2015.

MATOS, Francisco de Assis Nogueira de. Identidade e desafios do ofício de benzedeiros na área urbana de Tabatinga- Amazonas. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2013.

MENDONÇA, Enio Haiden. El Patrón”: imaginários sobre o modo de vida dos Traqueteiros na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru). TCC de Graduação (Antropologia). Benjamin Constant: 2014.

NEVES, José Francisco. O aniversário da Cruz na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia: um estudo de caso da comparação da Irmandade no município de Tabatinga – AM. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2012.

OLIVEIRA, Maria Elenir Silva de. Fronteira vivida: o imaginário sobre a vida dos imigrantes peruanos em Benjamin Constant. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2011.

PINTO, Francisco J. M. Concentração do comércio na Fronteira: um estudo de caso Tabatinga (Brasil) - Letícia (Colômbia). TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2012.

SILVA, Edson Luiz da. As três concepções de fronteira em Tabatinga e os processos de subjetividades. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2011.

TORRES, Rudson do Nascimento. A dinâmica da imigração peruana para Benjamin Constant. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2011.

Teses e dissertações referenciadas

ARIRAMA, Edney P. A dinâmica da formação urbana do bairro Santa Rosa e a contribuição do fluxo colombiano. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2011.

BÜHRING, Marcia Andrea. Direitos humanos e fundamentais, migração nas fronteiras Brasil e Uruguai : uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gêmeas: Santana do Livramento-BR/Rivera-UR e Chuí-BR/Chuy-UR. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

CAMPOS, Ana Maria. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2012.

GOMES, Cintia Helena Rodriguez. Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, na cidade de Corumbá- MS, aspecto jurídico, cultural e social. Dissertação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2011.

LIMA, Rosana Oliveira de. Entre a prática e a legalidade: análise de diferentes percepções sobre o aborto. TCC, Universidade Federal do Amazonas. Benjamin Constant: 2015.

MAIA, Lúcia Maria Andrade. Miséria das Fronteiras: Exploração sexual de crianças e adolescentes femininas em Foz do Iguaçu. Dissertação, Unioeste. Foz do Iguaçu, 2012.

MARTINI, Andrea. A margem do limite: fronteira e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil. Tese, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MATOS, Francisco de Assis Nogueira de. Identidade e desafios do ofício de benzedeiros na área urbana de Tabatinga- Amazonas. TCC, Universidade Estadual do Amazonas. Tabatinga: 2013.

MORAES, Keila de. Uma experiência etnográfica de fronteira: exploração sexual de crianças e jovens na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

PENHA, Bruna. Identidades em performance: abuelas em fronteiras. Dissertação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013. NEVES, Franciele Cristina. Headbangers e Tererã: a experiência Heavy Metal na tríplice fronteira. Dissertação, Unioeste. Toledo, 2014.

PERES, Roberta Guimarães. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianos para Corumbá – MS. Tese, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

VASCONCELOS, Andréia de Freitas. Exploração sexual feminina na fronteira: Brasil e Venezuela. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.